



ORÇAMENTO FAMILIAR DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DE PEABIRU – PR: UM ESTUDO DE CASO

Me. Jorge Leandro Delconte Ferreira, TIDE, Ciências Contábeis, Fecilcam,
jorge.leandro.professor@gmail.com

1. Introdução

Faz parte do senso comum a crença de que o planejamento financeiro é tarefa exclusiva do ambiente empresarial (Halfeld, 2001). Todavia, verifica-se que parcela significativa da população brasileira se depara frequentemente com dificuldades financeiras, ocasionadas comumente por deficiências no planejamento financeiro individual e familiar.

As finanças pessoais apresentam comumente dificuldades em sua gestão, por conta de duas realidades preocupantes: a discrepância entre rendimentos e desembolsos e a baixa cultura de poupança (Souza e Torralvo, 2008). As pessoas, em geral, além de raramente confrontar suas fontes de receita e os montantes por elas produzidos com seus desembolsos de custeio e investimento, ainda não cultivam o hábito de reservar parte de seus rendimentos para uso no futuro, quer seja em investimentos planejados, quer seja para fazer frente a necessidades não previstas de desembolsos.

Por outro lado, há também a percepção de que o planejamento financeiro pessoal é um conceito rígido e inflexível (Frankenberg, 1999). O autor citado aponta que esse equívoco frequentemente afasta as pessoas de qualquer iniciativa de estabelecimento de metas de médio e longo prazos, pelo temor de que tais metas não possam ser flexibilizadas pelo surgimento ao longo do tempo de novas variáveis imprevistas, como doenças, transferências de local de trabalho, desemprego, paternidade/maternidade não planejada ou outros elementos.

Uma das origens dessa aversão ao planejamento de longo prazo é sugerida por Souza e Torralvo (2008) como relacionada ao histórico inflacionário existente em períodos anteriores no Brasil. Basta observar dados oficiais como o Índice Geral de Preços – IGPM da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2008) para constatar que em fins da década de 80 e início dos anos 90, as variações anuais positivas chegaram à ordem média de cerca de 300%, o que definitivamente impacta a condição de planejar investimentos de médio e longo prazo.

Além disso, a instabilidade política também influenciou esse ambiente. Exemplo claro dos efeitos da política na gestão econômica familiar foi o fato do confisco da poupança pelo governo Collor de Melo (Luquet, 2000). Diante de tais instabilidades econômicas e políticas, Souza e Torralvo (2008) afirmam que se desenvolveu no Brasil um comportamento de



priorizar a aquisição de bens de consumo, atendendo a necessidades (ou por vezes, apenas a desejos) imediatas, a fim de reduzir os efeitos corrosivos da desvalorização da moeda.

Com a implantação do Plano Real em 1994, o país passou por um processo de estabilização que proporcionou a redução das taxas inflacionárias a patamares comparáveis aos de países desenvolvidos. No segundo período do Plano Real, as taxas básicas de juros empregadas pelo Governo Federal para remunerar os títulos públicos entraram em declínio. Tal circunstância fez com que os agentes financeiros migrassem suas carteiras para a oferta de crédito ao consumidor, proporcionando acesso de novos grupos sócio-econômicos da população (os ex-excluídos economicamente) a um patamar de consumo novo e muito mais intenso. Fazem parte desse grupo principalmente os assalariados de baixa renda, os estudantes, os pequenos agricultores e os aposentados.

Esses dois ingredientes somados (baixa cultura poupadora e incremento da oferta de crédito) contribuíram para que as finanças pessoais sofressem um descontrole. Dados da Serasa (2008) apontam que a média de cheques devolvidos cresceu de cerca de 1,2 por mil em dez/1994 para 18,7 por mil em dez/2007.

Há que se ressaltar que no período houve um crescimento da renda média do brasileiro. Segundo dados da FGV (2008), a renda real do brasileiro apresentou aumento real (ou seja, descontados os efeitos inflacionários do período) de mais de 20% no período compreendido entre 1993 e 2005.

Embora tenha havido crescimento da renda real do brasileiro, verifica-se que o crescimento do crédito foi ainda mais intenso. Giannetti (2006) define o crédito como um dos termos de troca entre o presente e o futuro. Ou se sofre no presente produzindo riqueza para consumi-la no futuro, ou se goza da riqueza no presente, utilizando o futuro para pagá-la.

A questão, segundo o autor supracitado, é que o consumidor brasileiro ainda tem dificuldades de dimensionar o tamanho do esforço futuro necessário para fazer frente à fruição presente da riqueza. Tais dificuldades apresentam conseqüências perniciosas, como a inadimplência, o acesso a créditos emergenciais (e, por sua natureza, caros) e a liquidação de parques ativos disponíveis.

A despeito dessa realidade indicada pelos dados acima citados, Souza e Torralvo (2008) ressaltam que a produção de conhecimento acerca do tema de Planejamento e Orçamento Financeiro Familiar no Brasil ainda é escassa e pouco priorizada ou valorizada no meio acadêmico. Se essa realidade é assim no meio acadêmico, nos currículos do ensino fundamental e médio é praticamente inexistente qualquer iniciativa de educação financeira (salvo alguns valorosos exemplos).



Portanto, parece válido afirmar que a educação financeira no Brasil (e o conseqüente planejamento financeiro familiar) são pouco priorizados e praticados. Frankenberg (2006) salienta que a educação financeira, que deveria começar no lar, não acontece nem no lar e nem na escola. Aliás, segundo o autor, o que acontece são iniciativas de deseducação financeira (como as políticas de crédito consignado para os aposentados e pensionistas). Importa, na situação específica da região de abrangência da Fecilcam, conhecer a realidade do Planejamento Financeiro familiar, a fim de subsidiar ações que possam modificar tal situação, contribuindo dessa forma com uma elevação da qualidade de vida das famílias.

Sendo assim, este trabalho teve por objetivo aprofundar a compreensão sobre a realidade do planejamento familiar orçamentário dos servidores municipais de educação da cidade de Peabiru, gerando insumos para a melhor compreensão dessa problemática e possibilidades de intervenção, para dar suporte a ações posteriores de extensão universitária.

2. Material e Métodos

O presente trabalho se propôs realizar uma pesquisa aplicada, de caráter descritivo, levada a termo por meio de amostragem não probabilística de caráter intencional, baseada na acessibilidade aos indivíduos entrevistados (Barros e Lehfel, 2000). O público-alvo objeto deste estudo foram os servidores públicos da área da educação, no município de Peabiru.

O levantamento dos dados foi efetuado a partir de instrumento de coleta de dados, semi-estruturado, aplicado aos servidores de quatro dos cinco estabelecimentos de ensino do município. Ressalta-se que nem todos os servidores dos estabelecimentos pesquisados responderam à pesquisa. Cerca de 7% dos servidores se recusaram a participar, optando por não revelar detalhes acerca de sua gestão do orçamento familiar. Os dados foram coletados no período de fevereiro a maio de 2009, através de entrevistas diretas. Foram realizadas 67 entrevistas com professores, estagiários, auxiliares de serviço geral e assistentes pedagógicos. Os dados obtidos foram analisados quantitativamente, realizando cruzamento de características como idade, escolaridade, sexo e aspectos diversos de gestão do orçamento familiar, conforme pode ser observado a seguir.

3. Resultados e Discussão

Uma das questões observadas foi em relação a quem é a pessoa de referência no que tange a realização de despesas familiares, ou seja, não necessariamente quem ganha



mais, mas sim quem dá a última palavra a respeito da realização de despesas. A figura 1 demonstra que a maioria das pessoas entrevistadas (51%) declarou que a pessoa de referência é o homem. Em segundo lugar, com 42%, vêm a mulher. Os 7% restantes estão divididos entre ambos, filhos e outras pessoas.

Com relação à fonte de rendimentos familiares, 37% dos entrevistados têm como principal origem de recursos os rendimentos do homem, 36% têm os rendimentos da mulher, 18% os rendimentos de ambos. Os rendimentos dos filhos são predominantes em 6% dos entrevistados, e 3% têm outras fontes de renda como principais, conforme pode ser observado na figura 2.

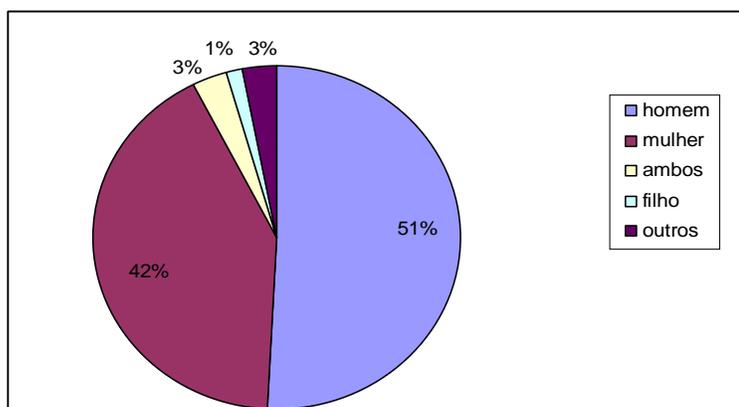


Figura 1. Pessoa de Referência nos Gastos Familiares.

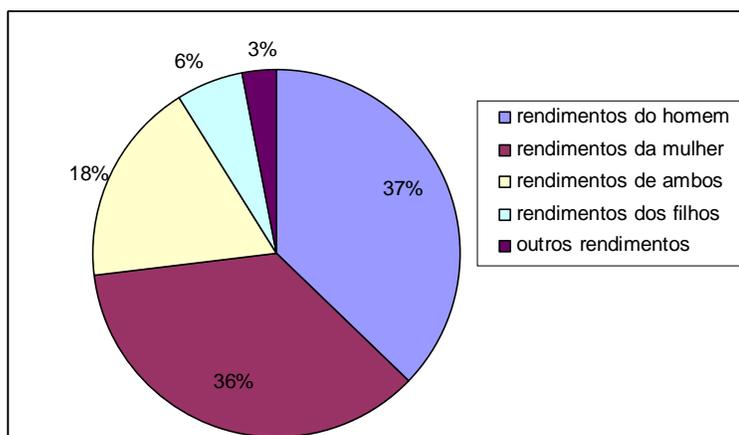


Figura 2. Principal Fonte de Rendimentos Familiares.

Quando analisado o gasto médio mensal por categoria, o principal gasto informado é com despesas de mercado, totalizando R\$ 508. A segunda categoria com maior gasto é a com prestações diversas, com R\$ 232 de média. A seguir, vêm vestuário, com R\$ 185, transporte com R\$ 150 e saúde com R\$ 147. As categorias com menor gasto médio são

diversas, com R\$ 118, serviços públicos, com R\$ 106, diversão, com R\$ 92, comunicação com R\$ 91 e por fim doações diversas, com R\$ 58 de média mensal.

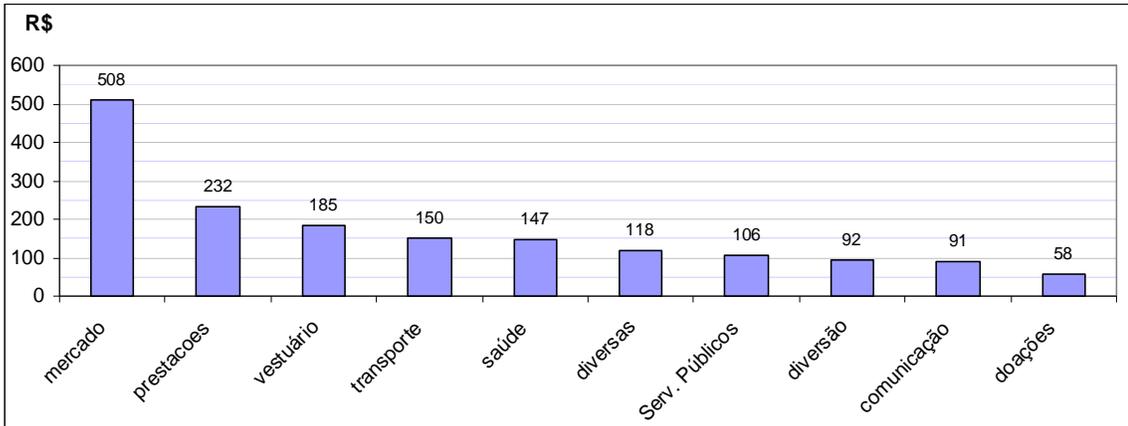


Figura 3. Gasto Médio Mensal Familiar por Categoria.

Ao se avaliar a participação percentual de cada categoria na composição do orçamento familiar médio dos entrevistados, os gastos com mercado representam quase um terço do total gasto, e mais de duas vezes o valor gasto com a segunda categoria, prestações. Por outro lado, as despesas com comunicação, doações e diversão, juntas, somam apenas 13% do total do orçamento médio.

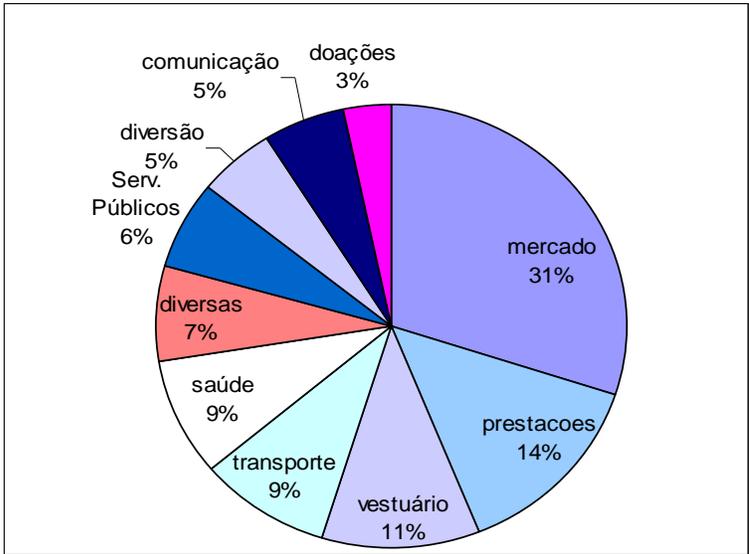


Figura 3. Distribuição Percentual dos Gastos Familiares por Categoria.

Ao combinar essas análises, verifica-se alguns aspectos, a saber: i – o homem é a principal referência na definição do gasto familiar, mesmo que não seja o principal provedor

de renda da família. Provavelmente, há aspectos importantes relacionados à organização familiar que determinam a preponderância masculina ao definir gastos.

Um segundo aspecto que chama a atenção é a importância da renda da mulher na composição do orçamento familiar. Cada vez mais esse aspecto tem sido fortalecido, e no grupo pesquisado homem e mulher contribuem de forma bastante similar na composição final da renda.

A seguir, é importante destacar a relevância dos gastos com mercado na composição do total do gasto médio mensal. Isso é importante, não somente porque evidencia uma concentração nesse item, mas também porque esse é um grupo que, submetido a uma gestão mais apurada, pode apresentar economias significativas, gerando impacto positivo sobre a qualidade do gasto familiar.

Destaca-se, também, a participação das prestações como segunda maior categoria de gastos, corroborando as informações de que o crédito mais facilitado tem intensificado o consumo no Brasil. Com relação a tal tipo de gasto, é importante avaliar o custo de juros embutido nessas prestações, de forma a clarificar o *quantum* despendido no custeio de capital. Nesse aspecto é que se inserem diversos programas de educação financeira, ao estimular o consumo à vista, com conseqüente aumento do poder de negociação do consumidor.

4. Conclusão

É possível, a partir dos dados apresentados, identificar oportunidades para oferta de programas de extensão universitária focados em pelo menos dois aspectos: o primeiro diz respeito à avaliação dos gastos, cuja principal componente é relacionada a gastos de mercado. O público alvo de tal ação poderia ser, a partir de dados da pesquisa, o homem, tendo em vista ser ele determinante para definição dos gastos familiares. Mesmo que não seja o homem a realizar as compras correspondentes, sua orientação é importante para definir alterações na forma de realizar tais gastos. Acredita-se, conforme já mencionado, que esse tipo de gasto possa ser mais bem gerido, com técnicas simples como a pesquisa de preços ou a montagem ordenada de listas de compras.

O segundo aspecto diz respeito à análise do custo do crédito, embutido nas prestações pagas pelos entrevistados. Conhecer o quanto se paga de juros é o primeiro passo para aperfeiçoar o processo decisório de compra, estimulando a prática da poupança para efetuar negociações à vista, obtendo descontos e vantagens que possam ser significativas. Além disso, outro aspecto que pode ser positivo, com relação a promover o conhecimento do custo efetivo do crédito para o consumidor, é a produção de



questionamentos, para o público alvo, acerca da necessidade, relevância e oportunidade de tais gastos. Acredita-se que, com iniciativas dessa natureza, seja possível estimular incrementos significativos no planejamento orçamentário familiar, possibilitando a elevação da qualidade dos gastos. Tudo isso para fazer valer um conceito muito simples: a quantidade de recursos gastos por uma família não indica com clareza a qualidade de vida desfrutada por ela. Esta última pode ser elevada sem que seja necessário, obrigatoriamente, elevar o gasto.

5. Referências

BARROS, A. J. S; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica.** 2a. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BIDIGARAY, L. F. H. **Planejament, Gerenciamento e Orçamento Familiar: as armas da administração adaptadas.** São Paulo: Atlas, 2003.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Séries Históricas Gratuitas.** Disponível em <http://fgvdados.fgv.br/dsp_series.asp>. Acesso em 5/03/2008.

FRAGA, L.; BIEHL, L. V. **Planejamento e Orientação Financeira para as Famílias de Baixa Renda da Cidade de Gravataí.** Logos: revista de divulgação científica / Universidade Luterana do Brasil – Especial Gravataí. Ano 18, n. 1, p. 26-33, jan-jun/2007. Canoas: Ed. Ulbra, 2007.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro.** 6a. edição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FRANKENBERG, L; et all. **Diálogos Akatu: o consumo consciente do dinheiro e do crédito.** São Paulo: Instituto Akatu, 2006.

GIANNETTI, E. Os Juros, o Dinheiro, o Crédito e a Realidade Brasileira. In: **Diálogos Akatu: o consumo consciente do dinheiro e do crédito.** São Paulo: Instituto Akatu, 2006.

HALFELD, M. **Investimentos: como cuidar melhor do seu dinheiro.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2001.

KIYOSAKI, R. **Pai Rico, Pai Pobre.** São Paulo: Elsevier, 2000.

LUQUET, M. **Guia Valor Econômico de Finanças Pessoais.** São Paulo: Globo, 2000.

MATTAR, H. O Consumo Consciente do Dinheiro e do Crédito. In: **Diálogos Akatu: o consumo consciente do dinheiro e do crédito.** São Paulo: Instituto Akatu, 2006.

SANTOS, C. da C. **Práticas de Planejamento Econômico-Financeiro.** São Paulo, 1981, 151 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SELLTIZ, C et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** São Paulo: Edusp, 1965.



SERASA. **Índices Econômicos: cheques sem fundos.** Disponível em: http://www.serasa.com.br/empresa/indices/idcheques_93.htm. Acesso em 6/03/2008.

SOUZA, A. F.; TORRALVO, C. F. **A Gestão dos Próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal.** VII Seminário em Administração FEA/USP. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%-E7as/FIN01-_A_gest%3o_dos_pr%F3prios_recursos.PDF>. Acesso em 29/02/2008.